

<https://doi.org/10.20396/rbest.v5i00.17455>

DOSSIÊ

O mercado de trabalho em Santa Catarina: Uma análise à luz das desigualdades regionais (2012 a 2020)

*Angela Welters**

Resumo

O objetivo do artigo é avaliar a dinâmica do mercado de trabalho catarinense em uma perspectiva comparativa com a região Sul e com o Brasil. Os resultados mostram que a deterioração do mercado de trabalho no estado não foi tão intensa como no restante do país, mas pode ser identificada pelo aumento da proporção de trabalhadores na informalidade, inclusive entre os mais escolarizados, pela estagnação dos rendimentos do trabalho e pelo aumento da desocupação e da subocupação por insuficiência de horas trabalhadas. Além disso, há importantes diferenças entre homens e mulheres no mercado de trabalho regional. Ao mesmo tempo, o cenário da desindustrialização parece ser menos intenso no estado, em comparação com a região Sul e com o conjunto do país, o que fica evidenciado na manutenção da participação do setor industrial no valor adicionado, no emprego formal e nas exportações de Santa Catarina.

Palavras-chave: Mercado de trabalho; Informalidade; Desindustrialização.

JEL: J01, J21, J46, R10.

* Núcleo de Estudos em Economia Social e Demografia Econômica (NESDE) da Universidade Federal do Paraná (UFPR), Brasil.

Orcid: <https://orcid.org/0009-0007-8725-9881>

E-mail: welters@ufpr.br



The labor market in Santa Catarina: An analysis from the perspective of regional inequalities (2012 to 2020)

Abstract

The aim of the article is to evaluate the dynamics of the Santa Catarina labor market in a comparative perspective with the Southern region and Brazil. The results show that the deterioration of this unique labor market has not been as intense as in the rest of the country, but it can be identified by the increase in the proportion of workers in the informal sector, including among the most educated, the stagnation of labor income and the increase in unemployment and underemployment due to insufficient hours worked. In addition, there are significant differences between men and women in the regional labor market. At the same time, the deindustrialization scenario seems to be less intense in Santa Catarina, compared to the southern region and the country as a whole, which is evidenced by the industrial sector's continued participation in value added, formal employment and exports.

Keywords: Labor market; Informality; Deindustrialization.

El mercado de trabajo en Santa Catarina: Un análisis desde la perspectiva de las desigualdades regionales (2012 a 2020)

Resumen

El objetivo de este artículo es evaluar la dinámica del mercado laboral de Santa Catarina desde una perspectiva comparativa con la región Sur y Brasil. Los resultados muestran que el deterioro del mercado de trabajo en el estado puede no haber sido tan intenso como en el resto del país, pero se puede identificar por el aumento de la proporción de trabajadores en la informalidad, incluso entre los más educados, el estancamiento de los ingresos laborales y el aumento del desempleo y el subempleo debido a la insuficiencia de horas trabajadas. Además, existen diferencias significativas entre hombres y mujeres en el mercado de trabajo regional. Al mismo tiempo, el escenario de desindustrialización parece ser menos intenso en el estado, en comparación con la región Sur y el país en su conjunto, lo que se evidencia por la continua participación del sector industrial en el valor agregado, el empleo formal y las exportaciones en Santa Catarina.

Palabras clave: Mercado de trabajo; Informalidad; Desindustrialización.

Le marché du travail à Santa Catarina: Une analyse sous l'angle des inégalités régionales (2012 à 2020)

Résumé

L'objectif de cet article est d'évaluer la dynamique du marché du travail de Santa Catarina dans une perspective comparative avec la région Sud et le Brésil. Les résultats montrent que la détérioration de ce marché du travail unique n'a pas été aussi intense que dans le reste du pays, mais elle peut être identifiée par l'augmentation de la proportion de travailleurs dans le secteur informel, y compris parmi les plus éduqués, la stagnation des revenus du travail et l'augmentation du chômage et du sous-emploi en raison d'un nombre insuffisant d'heures travaillées. En outre, il existe des différences significatives entre les hommes et les femmes sur le marché du travail régional. Parallèlement, le scénario de désindustrialisation semble moins intense à Santa Catarina, comparé à la région sud et au pays dans son ensemble, ce qui est attesté par la participation continue du secteur industriel à la valeur ajoutée, à l'emploi formel et aux exportations.

Mots-clés: Marché du travail; Informalité; Désindustrialisation.

Introdução

Este artigo é resultado de pesquisa realizada no âmbito de um projeto que uniu um conjunto de pesquisadores de diversas instituições com o objetivo de analisar o mercado de trabalho brasileiro sob uma perspectiva regional ao longo do período 2012-2020. Trata-se de um período de estudo que permite o uso de dados homogêneos produzidos a partir da Pesquisa Nacional por Amostragem e Domicílios Contínua do IBGE (PNADC), bem como um momento da história recente do país marcado pelo final de um ciclo de crescimento econômico (2004-2013) associado a transformações positivas no mercado de trabalho, como o aumento do salário mínimo e do número de empregos formais, concomitantemente à redução nos níveis de desemprego (Baltar, 2015). A desaceleração do crescimento, sobretudo a partir de 2014, associada ao aumento do número de desempregados, e a aprovação das reformas trabalhista e previdenciária, marcam esta fase de retomada de uma agenda neoliberal no país, o que se dá num cenário de grande instabilidade política.

O objetivo deste artigo é estudar o mercado de trabalho catarinense à luz das desigualdades regionais, tendo como premissa subjacente que esta fração do território se conecta com a dinâmica nacional, a qual está submetida à dinâmica do capitalismo financeirizado e que é impactada pelo avanço de políticas neoliberais no país. Portanto, para entender a evolução do mercado de trabalho no estado, busca-se avaliar também as alterações na estrutura produtiva regional diante do avanço da “desindustrialização”¹ em nível nacional, precipitada pela abertura comercial dos anos 1990. Simultaneamente, pretende-se identificar em que medida a flexibilização das relações de trabalho contida na Reforma Trabalhista, somada ao baixo dinamismo da economia nacional, repercutiu nas taxas de desocupação e subutilização da força de trabalho, na informalidade e nos rendimentos do trabalho no estado “barriga verde”.

Assim, inicialmente será feita uma breve contextualização teórica do estudo, bem como uma breve discussão sobre características da estrutura produtiva catarinense e suas transformações recentes. Em seguida, pretende-se examinar a evolução de alguns indicadores demográficos do estado, para então avaliar o mercado de trabalho regional sob a ótica das desigualdades. Por fim, pretende-se avaliar em que medida o estado de Santa Catarina ainda pode ser considerado uma “ilha de prosperidade” no país.

¹ Apesar de não haver consenso entre os economistas que tratam do tema, verifica-se importante regressão das estruturas industriais no país. Sobre este debate, ver Torres e Cavaliere (2015).

1. Dependência e a estrutura produtiva regional: breves considerações

Num país marcado pela exploração do trabalho escravo e pela inserção na divisão internacional do trabalho através do modelo agroexportador, a constituição de um mercado de trabalho de bases capitalistas se dá a posteriori, notadamente, a partir da transição para uma economia urbana e industrial. Nesse cenário, emerge um mercado de trabalho que engendra um conjunto heterogêneo de formas de ocupação, caracterizado pela dualidade e precarização. Nesse sentido, qualquer análise do mercado de trabalho em uma economia subdesenvolvida deve levar em conta suas especificidades, especialmente, sua “insuficiência dinâmica” na absorção da mão de obra disponível (Lúcio & Duca, 2016, p. 2).

Ao mesmo tempo, a industrialização no Brasil e na América Latina se dá em bases diferentes da observada no centro do capitalismo mundial, inclusive pela menor participação dos trabalhadores na geração da demanda pelos produtos industriais. Em outras palavras, o processo de acumulação de capital foi, assim como a economia agrário-exportadora, baseado na superexploração da força de trabalho. Segundo Marini (2015), os grandes excedentes de mão de obra deslocados das atividades primário-exportadoras, permitem ao capitalista industrial rebaixar os salários, ampliar a acumulação de capital do setor industrial, bem como, intensificar e prolongar as jornadas de trabalho.

Dessa maneira, as mudanças no capitalismo global repercutem no modo como as economias de industrialização tardia e dependente como o Brasil, se inserem na divisão internacional do trabalho. Considerando a dificuldade de acompanhar os avanços tecnológicos dos países do centro capitalista, os ajustes numa economia dependente, se dão normalmente pela intensificação da superexploração da força de trabalho (Marini, 2015). Entendo como superexploração não apenas o pagamento da força de trabalho abaixo de seu valor, mas também, outras formas de exploração como a extensão da jornada de trabalho, o pagamento por produção/peça e o trabalho por demanda como no caso dos trabalhadores de plataforma.

Compreender, estas disparidades na inserção dos trabalhadores no mercado de trabalho regional, nos permite esclarecer, em que medida, mesmo numa região considerada como desenvolvida, persistem os traços de um mercado de trabalho de uma economia “subdesenvolvida”.

A dinâmica econômica da região Sul sempre foi bastante condicionada pelo contexto nacional e internacional, visto que sua inserção na divisão nacional e internacional do trabalho se deu principalmente através da produção primária (agricultura e pecuária). No começo do século XX, enquanto a economia paulista se desenvolvia como centro dinâmico da economia nacional e ampliava as atividades industriais, a região Sul permanece periférica no

contexto nacional, sendo sua indústria complementar a Indústria do Sudeste e baseada em atividades tradicionais (Silva, 2019).

O desenvolvimento da economia do estado, atrelada a economia nacional, fez com que a indústria barriga verde até os anos 1930, fosse ligada ao setor extrativo, em especial, o segmento de madeira, erva mate e carvão, assim como ao alimentício (produção suína, açúcar e farinhas) e ao ramo têxtil. É a partir da década de 1940 que a indústria começa a se diversificar e se tornar parte importante do processo de acumulação do estado, em particular o ramo metal mecânico que se desenvolve na região de Joinville, o setor cerâmico no sul do estado e o de papel e celulose no planalto catarinense (Goularti Filho, 2003).

O autor reforça ainda que, a partir de meados dos anos 1960, tem-se a consolidação da indústria como motor da economia catarinense, alicerçada no aumento da concentração de capital (grandes empresas industriais). Este movimento, se deve a integração da indústria regional a nível nacional e a ampliação das fontes de financiamento por parte dos fundos públicos e não ao “mercado” ou a capacidade inovadora dos empresários de origem imigrante, como identificado por outros autores (Amaral & Sanson, 2008). Da mesma forma, o autor identifica que as mudanças na economia catarinense após 1990 refletem as mudanças no âmbito nacional, relacionadas ao esgotamento das fontes de financiamento externo a partir do final dos anos 1970, a crise econômica e financeira dos anos 1980 (“década perdida”) e a perda da centralidade do Estado do processo de acumulação, o que resultará nos processos de abertura comercial, financeira e avanço das privatizações nos anos 1990.

Com efeito, Goularti Filho (2003, p. 17) avalia que com o avanço das políticas liberais, “os anos 90 significaram verdadeiros retrocessos para segmentos representativos da indústria nacional.” Ele explica que, em Santa Catarina, os principais impactos foram sentidos no setor cerâmico, têxtil e carbonífero. Além disso, observa-se processo de desnacionalização nos setores eletro-metal-mecânico e agroindustrial.

Outro traço marcante da economia do estado é o padrão histórico de especialização regional e concentração geográfica das atividades econômicas entre suas mesorregiões. O oeste catarinense, por exemplo, se caracteriza pela concentração da produção de alimentos, suinocultura e a agroindústria, mantendo-se nos segmentos mais tradicionais ligados aos recursos naturais. Fato que se repete na mesorregião serrana, cujo destaque é produção de madeira, papel e celulose. Aliás, a produção madeireira também está presente no norte e oeste em menor medida. No vale do Itajaí, destaca-se a produção têxtil e de vestuário, bem como, segmentos mais intensivos em capital, como autopeças e a indústria naval. O sul do estado caracteriza-se pela atividade carbonífera e de cerâmicas, também tradicionais no cenário regional, mas fortemente atingidas pela abertura comercial. Em contrapartida, a produção de máquinas, equipamentos, autopeças, material elétrico, mobiliário e produtos de

plástico se concentra na mesorregião norte catarinense. Por fim, na região de Florianópolis se destacam as atividades de tecnologia e informática, pesca, calçados e produção de minerais não metálicos (Espíndola, 2020).

O autor destaca ainda que surgem novas economias de aglomeração em três áreas do estado. A primeira ligada a concentração de atividades de logística portuária nas áreas dos portos de Itajaí, São Francisco do Sul, Imbituba e Itapoá. A segunda, próxima a complexos automotivos nas cidades de Joinville, Araquari e Garuva e a terceira na mesorregião da grande Florianópolis, ligada às atividades de tecnologia da informação (Espíndola, 2020).

Complementarmente, Mattei (2016, pp. 245-246) explica que esse fenômeno é denominado de "litoralização" da economia catarinense. Segundo ele, enquanto algumas áreas do estado apresentam flagrante declínio econômico, as áreas litorâneas do estado concentram população e atividades econômicas, "produzindo aglomerações urbanas com todas as mazelas conhecidas." De acordo com ele, "(...) esse fenômeno vem promovendo paulatino esvaziamento demográfico de várias localidades do interior do estado." Por outro lado, Espíndola (2020) lembra que a concentração populacional no litoral catarinense tem raízes históricas, o que impacta a dinâmica recente da população.

Outros autores ratificam estas desigualdades territoriais no desenvolvimento do estado. Por exemplo, Goularti (2015) e Theis et al. (2011) avaliam como as políticas criadas com o objetivo de combatê-las através da criação das Secretarias de Desenvolvimento Regional, não somente não obtiveram êxito, como também contribuíram para o aumento das disparidades entre as áreas do estado. Estas desigualdades no desenvolvimento das regiões do estado, bem como o fenômeno da "litoralização", se refletem numa concentração do PIB em algumas regiões do estado. Em 2019, tem-se que apenas quatro cidades catarinenses (Joinville, Itajaí, Florianópolis e Blumenau) representavam 31,5% do PIB do estado, figurando entre os 100 maiores PIBs municipais do Brasil (Secretaria de Estado do Planejamento de Santa Catarina [SEPLAN], 2023).

Segundo Mattei e Heinen (2021), estes dados estão em consonância com as mudanças impostas pela reestruturação produtiva no estado a partir dos anos 1990. Destacam que o crescimento do estado no período 2004-2014 esteve ancorado no setor de serviços, ao mesmo tempo que, o estado observa, um processo de "desindustrialização relativa".

Sobre as características da estrutura industrial do estado, Kretzer e Cário (2022) avaliam que, além de distribuída de forma irregular no espaço, possui forte participação de segmentos tradicionais e com predominância de pequenas e médias empresas. Esses setores perdem dinamismo diante da concorrência com os produtos chineses a partir da abertura econômica, sobretudo, o têxtil. E, considerando que são mais intensivos em mão de obra, este

fato explicaria, em parte, a redução do emprego industrial.² Os autores identificam, que no período recente, os setores tradicionais representam ainda uma fração importante do Valor da transformação industrial (VTI) do estado (24,3%), entretanto cresce a participação dos setores intensivos em Pesquisa, Desenvolvimento e Engenharia (23,4% do VTI) (Kretzer & Cário, 2022, p. 11).

Estes resultados reforçam a ideia de “desindustrialização relativa” do estado que é defendida também por Arend et al. (2019). Segundo os autores, a abertura comercial dos anos 1990, ampliou a internacionalização de segmentos industriais do estado, conectando-os com cadeias globais de valor, como por exemplo, o setor de motores elétricos e plásticos industriais. Apesar da perda de empregos industriais, comparativamente ao setor de serviços, o que seria indicativo de desindustrialização, os autores defendem que este processo ocorre de forma diferente no estado barriga verde. Eles explicam que aumenta a participação de serviços conectados com as tecnologias de informação e comunicação, o que ocorre simultaneamente a um aumento na participação de setores industriais de maior intensidade tecnológica. Concluem que a reestruturação da economia catarinense difere da dinâmica nacional, visto que a “desindustrialização relativa” está associada a um processo de sofisticação das estruturas produtivas. Contudo, ressaltam que o processo reforça a tendência de concentração espacial e “litoralização” da economia do estado.

7

2. Comércio exterior e estrutura produtiva

Outro aspecto que reforça a importância da indústria catarinense é a estrutura da pauta de exportações do estado. Apesar do aumento na pauta de exportação de produtos agropecuários no período 2012-2020 (4,7% em 2012 para 7,7% em 2021), notadamente soja, mel, frutas e oleaginosas, os produtos da indústria da transformação ainda representam mais de 90% do total, sendo muitos deles ligados a agroindústria como óleo de soja e carnes processadas de suínos e aves. Outros produtos representativos na pauta de exportação são os ligados ao setor madeireiro como madeira serrada e compensada, móveis e produtos de carpintaria, além de papel e embalagens. Adicionalmente tem-se os motores elétricos, transformadores elétricos, peças automotivas e bombas de ar, partes de motores e, em menor medida, produtos cerâmicos. Ao mesmo tempo, Santa Catarina é o único estado da região que apresenta déficits comerciais crescentes a partir de 2009, sobretudo, em razão do

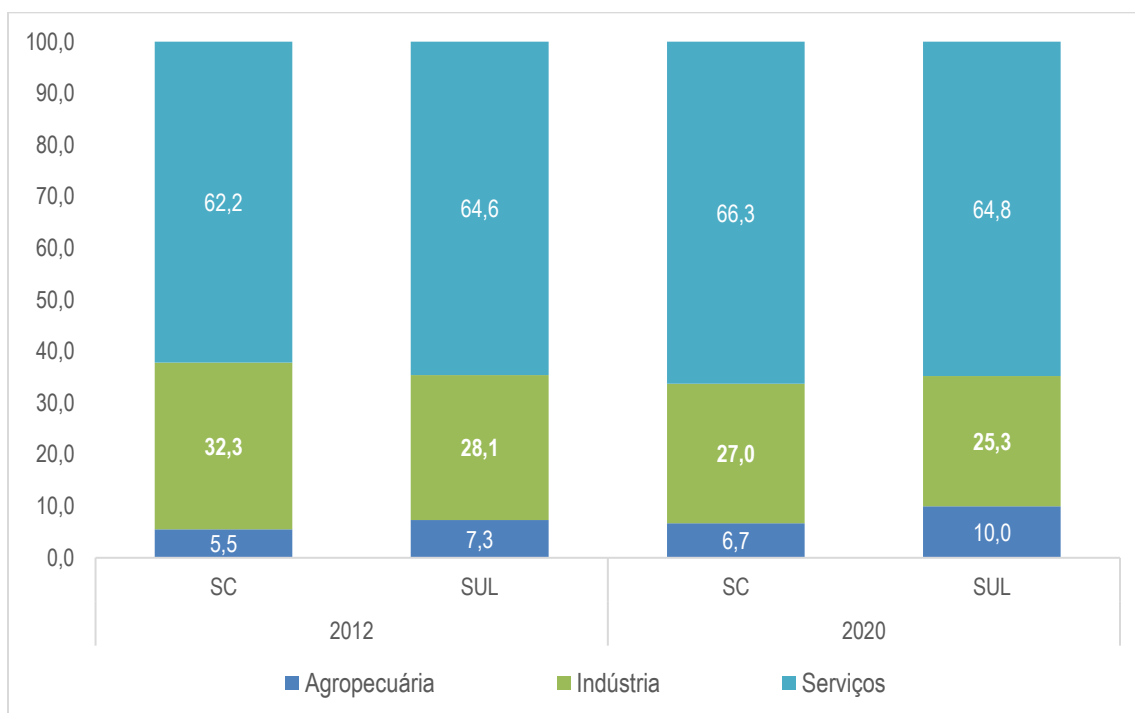
² A terceirização de atividades é outra forma de “migração” do emprego industrial para o setor serviços, que é muito discutido a partir da reestruturação produtiva. De forma geral, processo que é associado a um cenário de maior precariedade e de menores remunerações. Para mais detalhes, ver Amadeo, Scanduzzi e Pero (1996).

crescimento das importações de insumos para a indústria local. Logo, apesar da pauta de exportação ser predominantemente composta por produtos industriais, a de importações também é, o que gera, um déficit comercial atípico comparado aos estados da região Sul. Santa Catarina é a oitava Unidade da Federação no *ranking* das exportações, mas o segundo colocado nas importações, apenas atrás do estado de São Paulo (Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços [MDIC], 2022).

Não obstante, é importante ressaltar que os estados da região Sul ficam apenas atrás de São Paulo, quando se fala do *ranking* de estados exportadores de produtos manufaturados e estão entre os 6 maiores exportadores de produtos industriais em 2021 (Confederação Nacional da Indústria [CNI], 2022).

Sob outra perspectiva, observa-se como tendência a retração da participação da indústria no Produto Interno Bruto, na região Sul e em Santa Catarina. Entre 2012 e 2020 a total da indústria catarinense perdeu 5,3 pontos percentuais na participação no PIB estadual, caindo de 32,3% em 2012 para 27% em 2020. Apesar desta redução, o estado tem a maior proporção do PIB no segmento industrial entre os estados da região Sul. Além disso, a Indústria de transformação ainda é o segmento com maior participação no PIB do estado (Tabela 1 e Gráfico 1).

Gráfico 1. Composição do PIB por setor econômico. Santa Catarina e Região Sul: 2012 e 2020.



Fonte: IBGE. Sistema de Contas Regionais (2021). Elaboração própria.

No total da Indústria, as atividades extrativas mantêm certa estabilidade, ao passo que as perdas se concentram na Indústria de transformação (-3,1 p.p.) e na Construção civil (-2,2 p.p.). Importante ressaltar que as atividades extrativas têm a menor participação entre os subsetores de atividade na economia do estado, conforme mostra a Tabela 1.

Na contramão desta tendência, o setor serviços, cresce sua parcela de contribuição no PIB do estado de 62,2% em 2012 para 66,3% em 2020. Um dos segmentos que mais se destacam nesta dinâmica é o de Informação e comunicação (+1p.p.), além de Atividades profissionais, científicas e técnicas (+0,8p.p.). Contudo, é o Comércio e reparação de veículos automotores e motocicletas (+0,8p.p.), que apresenta a maior participação em serviços (16,9%), seguido da Administração pública (13%) e das Atividades imobiliárias (10,2%).

Tabela 1. Participação de ramos econômicos no Valor Adicionado. Santa Catarina: 2012-2020.

Setor e ramo econômico	Participação no Valor Adicionado (%)				
	2012	2014	2016	2018	2020
Agropecuária	5,5	6,2	6,9	5,5	6,7
Indústria	32,3	30,3	27,1	26,7	27,0
Indústrias extrativas	0,4	0,4	0,3	0,3	0,3
Indústrias de transformação	22,7	22,2	19,0	19,7	19,6
Construção	6,9	5,7	5,8	4,8	4,7
Serviços de utilidade pública (1)	2,3	2,1	2,0	2,0	2,4
Serviços	62,2	63,5	66,0	67,7	66,3
Comércio, reparação de veículos	16,1	16,0	15,3	16,1	16,9
Transporte, armazenagem, correio	4,3	4,3	4,2	4,8	4,6
Alojamento e alimentação	2,5	1,9	2,3	2,3	2,0
Informação e comunicação	2,4	2,6	2,7	2,8	3,4
Atividades financeiras e de seguros	3,4	3,5	4,2	3,8	3,7
Atividades imobiliárias	9,0	10,2	10,3	10,3	10,2
Ativ. profis., cient., técnicas, administrativas	6,1	6,0	6,3	6,5	6,9
Administração pública (2)	12,8	12,9	14,4	14,3	13,0
Educação e saúde privadas	3,0	3,1	3,3	3,6	3,0
Artes, cultura, esporte e recreação	1,8	1,9	1,7	2,0	1,6
Serviços domésticos	0,9	0,9	1,2	1,2	1,0
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: IBGE (2021) Sistema de Contas Regionais.

Notas: (1) Eletricidade e gás, água, esgoto, atividades de gestão de resíduos e descontaminação.

(2) Administração, defesa, educação pública, saúde pública e seguridade social.

Avaliar como as mudanças na composição do PIB, bem como dos impactos desta nova configuração produtiva sobre o mercado de trabalho regional, será o objetivo a seguir. Antes, porém, pretende-se avaliar brevemente algumas características sociodemográficas do estado.

3. Santa Catarina: população e condições de vida

O estado de Santa Catarina (SC) é o estado com menor em extensão territorial entre os estados da região Sul, representando apenas 16,6% da área total da região, com uma população estimada em pouco mais de 7 milhões de habitantes, o que lhe confere a maior densidade demográfica da região em 2020 (76,65 habitantes por km²). No *ranking* do PIB per capita, a região Sul é a terceira do país e Santa Catarina o quarto estado com maior valor em 2020, sendo 34% maior que média nacional. Aliás, entre as 27 Unidades da Federação brasileira, Santa Catarina é considerada entre as de melhor qualidade de vida no Brasil (3º Estado no *ranking* do IDH – 0,803 em 2020). O estado apresenta ainda, a menor concentração de renda do país medida pelo Índice de Gini (0,412 em 2020), ficando abaixo inclusive dos demais estados da Região Sul (0,457) e da média nacional, que é de 0,524 (IBGE, 2022).

Historicamente, a região Sul tem maior representatividade no PIB do que na população do país. Entre 2012 e 2020, percebe-se ainda que a região perde participação na população do país, ao passo que aumenta sua parcela no PIB. Diferentemente dos demais estados da região, Santa Catarina amplia sua participação no total da população do país. Além disso, o estado também é aquele que mais amplia sua participação no PIB nacional no período (0,6 p. p.) (Tabela 2).

Tabela 2. Participação no PIB e na população do Brasil. Região Sul e estados: 2012 e 2020.

Unidades da Federação	Partic. na População (%)		Participação no PIB (%)	
	2012	2020	2012	2020
Paraná	5,46	5,44	5,88	6,41
Santa Catarina	3,29	3,42	3,98	4,59
Rio Grande do Sul	5,55	5,39	6,06	6,19
Região Sul (Total)	14,30	14,26	15,91	17,19

Fonte: IBGE. Sistema de Contas Regionais (2021). Elaboração própria.

Esta dinâmica populacional do estado pode ser parcialmente explicada pelo fato de que Santa Catarina ser o único estado da região Sul que apresenta saldos migratórios (internos) positivos entre 2012 e 2020, de acordo com as projeções de população do IBGE.

Também apresenta queda nas taxas de mortalidade infantil, aumento da longevidade da população, ao mesmo tempo que amplia a taxa de fecundidade total no mesmo período (Tabela 3).

Tabela 3. Indicadores demográficos. Santa Catarina: 2012 e 2020.

Indicadores demográficos	2012	2020
População total	6.530.943	7.252.502
Esperança de vida ao nascer (anos)	77,70	80,21
Taxa de mortalidade infantil (%)	10,47	8,11
Taxa de fecundidade total	1,64	1,74
Razão de dependência	39,77	41,80
População 0-14 anos (%)	21,00	19,30
População 15-64 anos (%)	71,50	70,50
População 65 anos ou + (%)	7,40	10,20
PO / PIA (%) (1)	63,36	60,59

Fonte: IBGE: Projeção de população 2010-2060 – Indicadores implícitos. Elaboração própria.

Nota: (1) IBGE, microdados da PNAD Contínua, 2012 e 2020.

Paralelamente, o país vive um processo de transição demográfica que se reflete na redução do percentual da população jovem, bem como, no aumento da proporção de idosos no total da população. Santa Catarina não difere desta tendência, contudo, apesar de ampliar a proporção da população com 65 anos ou mais (7,4% para 10,2% do total), bem como sua Razão de Dependência (39,7 para 41,8), ainda tem 70,5% da sua população numa faixa potencialmente produtiva (15 a 64 anos) (Tabela 3).

Por outro lado, os dados trazidos pela PNAD Contínua indicam uma redução do aproveitamento produtivo desta população, cujo percentual cai para pouco mais de 6 em cada 10 catarinenses ocupados em relação a população em idade ativa (60,6%). Este quadro é semelhante nos demais estados da região (Paraná 57,3% e Rio Grande do Sul 56,4%). Isto significa que o baixo dinamismo da economia brasileira a partir de 2014 fizeram que não fosse aproveitado todo o potencial da População em Idade Ativa (PIA).

Conforme com o exposto até aqui, a seguir, será analisada a evolução do mercado de trabalho do estado, a partir dos microdados da PNAD contínua do IBGE para o período entre 2012 e 2020. Além da estrutura setorial do emprego, pretende-se avaliar o comportamento das taxas de desocupação e subutilização da força de trabalho, a informalidade e os rendimentos do trabalho.

4. Mercado de trabalho e desigualdades

A composição das ocupações no estado, segundo ramo de atividade, segue uma distribuição semelhante àquela observada no PIB. Enquanto a Agropecuária detém pouco mais de 10% das ocupações, outros três ramos concentram mais da metade das ocupações nos dois anos considerados: a Indústria de transformação, Comércio e reparação, e Administração pública (Tabela 4). Os ramos que mais aumentam participação nas ocupações entre 2012 e 2020 são Informação, comunicação e atividades financeiras, imobiliárias, profissionais e administrativas (9,7% para 12,7%) e Administração pública (13,6% para 15%).

Comparativamente, o estado catarinense tem uma participação das ocupações no Setor industrial (em geral) e na Indústria de transformação com percentuais bem superiores que a média da região e do país. Enquanto as ocupações na Indústria de transformação representam 13,2% das ocupações no Brasil e 18,5% na região Sul, em Santa Catarina esse percentual é de 23,4% em 2012. E a despeito de reduzir sua participação nas ocupações no estado (-1 p.p.), as ocupações na Indústria de transformação reduziram-se ainda mais na região (-2,1 p.p.) e no país (-1,4 p.p.) (Tabela 4).

**Tabela 4. Distribuição das pessoas (14 anos ou mais de idade) ocupadas na semana de referência (%).
Brasil, região Sul e Santa Catarina: 2012 e 2020.**

Ramo econômico	4º trimestre 2012			4º trimestre 2020		
	Brasil	Sul	Santa Catarina	Brasil	Sul	Santa Catarina
Agropecuária	11,1	12,2	10,2	9,7	11,0	10,0
Indústria geral	14,7	19,8	24,7	13,0	17,3	23,3
Indústria de transformação	13,2	18,5	23,4	11,8	16,4	22,4
Construção	8,8	7,8	8,2	7,3	6,8	7,2
Comércio, reparação de veículos	18,9	18,8	18,7	18,9	18,9	17,4
Transporte, armazenagem, correio	4,8	4,8	4,3	5,1	4,8	4,7
Alojamento e alimentação	4,3	3,5	3,3	4,8	3,2	2,7
Inform./comunic., ativ. financ./imob.	10,7	10,3	9,7	12,2	12,0	12,7
Administração pública	15,7	14,0	13,6	18,5	17,1	15,0
Outros serviços	4,3	3,7	3,6	4,9	4,2	3,2
Serviço doméstico	6,6	5,2	3,7	5,4	4,7	3,6

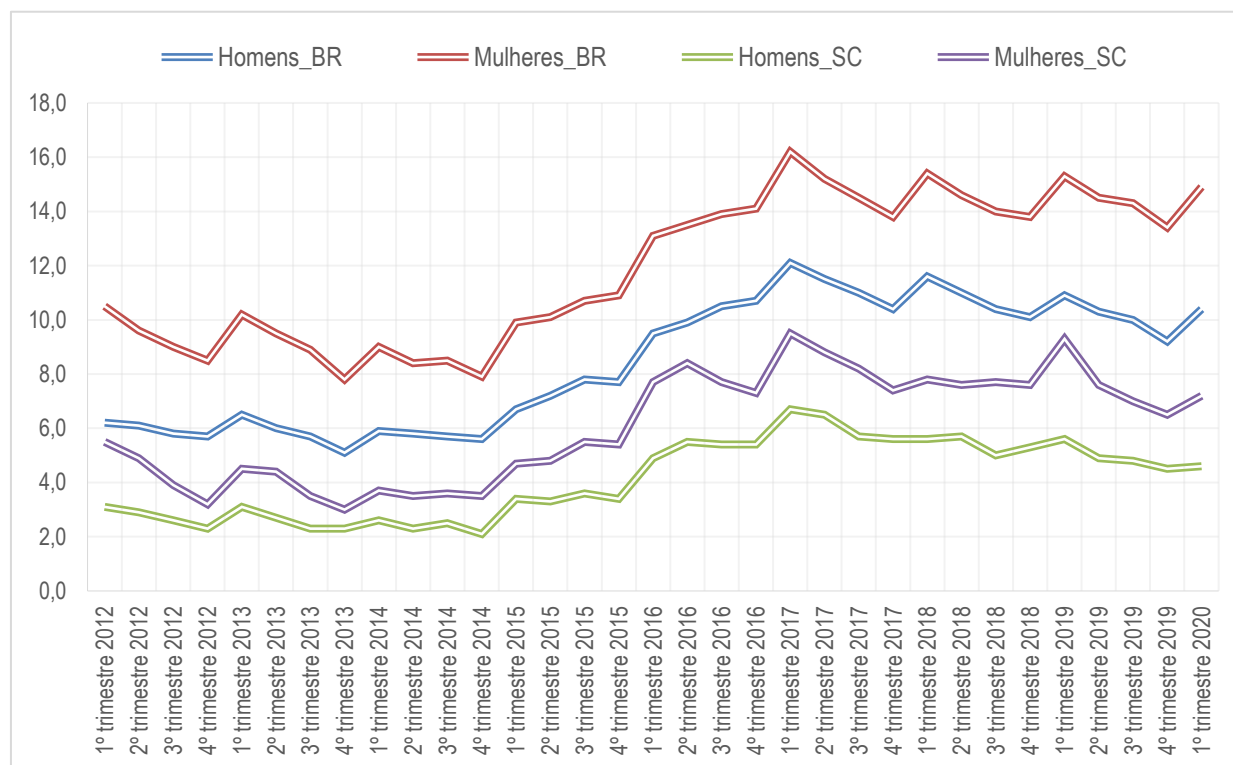
Fonte: IBGE. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua trimestral. Elaboração própria.

Dessa maneira, pode-se constatar que, apesar de as atividades do Setor industrial reduzirem tendencialmente participação no valor adicionado do estado, da região e do país, nas ocupações esta redução é menos intensa em Santa Catarina, mantendo a Indústria de transformação como principal ramo de atividade, dado seu peso no PIB e nas ocupações.

No Setor de serviços, destaca-se a queda na participação das ocupações em Comércio e reparação (-1,3 p.p.) e na Construção civil (-1,0 p.p.); ao mesmo tempo, houve aumento na Administração pública (+1,4 p.p.), em Informação, comunicação, atividades financeiras, imobiliárias e profissionais e administrativas (+3,0 p.p.) e em Transporte e armazenagem (+0,4 p.p.).

O cenário de baixo crescimento da economia nacional, sobretudo a partir de 2014, contribui para uma deterioração no emprego no país, se refletindo em taxas de desocupação crescentes ao longo do período. Ao analisar o Gráfico 2, nota-se que as taxas de desocupação são significativamente menores no estado de SC do que no Brasil, entretanto, as mulheres têm as maiores taxas de desocupação quando comparado aos homens nas mesmas áreas geográficas. Sendo assim, as menores taxas são registradas para os homens em SC e as maiores taxas para as mulheres na média nacional.

Gráfico 2. Taxa de desocupação por sexo (%). Brasil e Santa Catarina: 2012-2020.



Fonte: IBGE. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua trimestral.

Este cenário mostra que as desigualdades de gênero persistem indendentemente do recorte geográfico utilizado, bem como do nível de vida da Unidade da Federação. Contudo, é evidente que as condições do mercado de trabalho são bem mais favoráveis em Santa Catarina, quando comparadas com a média do país.

Considerando o período relativamente longo de recessão, com elevação nas taxas e na duração do desemprego, o IBGE passou a divulgar a taxa combinada de desocupação e subocupação por insuficiência de horas trabalhadas. Este indicador mostra-se semelhante quando comparamos a região Sul, o Brasil e o estado de Santa Catarina (Tabela 5).

A Tabela 5 mostra a evolução da taxa combinada de desocupação e subocupação por insuficiência de horas trabalhadas das pessoas de 14 anos ou mais de idade no Brasil e na Região Sul através dos dados trimestrais da PNAD Contínua. É flagrante o movimento de deterioração das condições da ocupação a partir do aprofundamento da crise econômica a partir de 2015. Tal como no Brasil, a região Sul apresenta queda nas taxas até o 4º. Trimestre de 2014 e aumento contínuo até o final do período de estudo em 2020. Chama a atenção, no entanto, que a taxa de desocupação e subocupação seja reiteradamente menor na região comparativamente ao país.

**Tabela 5. Taxa combinada de desocupação e de subocupação por insuficiência de horas trabalhadas (%).
Brasil, Região Sul e Unidades da Federação: 2012-2020.**

Trimestre / ano	Brasil	Sul	Paraná	Santa Catarina	Rio Grande do Sul
4º trimestre 2012	12,3	8,2	9,1	4,7	9,3
4º trimestre 2013	11,1	7,0	7,0	3,7	8,9
4º trimestre 2014	11,3	6,7	6,8	4,3	8,1
4º trimestre 2015	13,1	8,5	8,6	5,8	10,1
4º trimestre 2016	17,3	11,0	11,7	7,9	12,3
4º trimestre 2017	18,1	11,6	12,3	8,8	12,8
4º trimestre 2018	18,2	11,3	12,4	8,6	11,9
4º trimestre 2019	17,5	11,0	11,9	8,2	11,8
4º trimestre 2020	20,9	12,9	14,9	7,5	14,4

Fonte: IBGE. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua trimestral.

Em contrapartida, também fica evidente como o estado catarinense se destaca pelos menores índices de desocupação e subocupação dentro da região. Em 2020, por exemplo, sua taxa é praticamente a metade da registrada nos estados do Paraná e Rio Grande do Sul. Aliás, o estado apresenta, ao longo de todo o período, taxas menores que a média

nacional e regional. Apesar disso, é possível notar um aumento persistente a partir de 2015, fechando o período com níveis muito superiores aos apresentados em 2012. Ainda assim, os níveis registrados em Santa Catarina são praticamente 3 vezes menores que a média nacional.

Esta relativa deterioração das condições do mercado de trabalho entre 2012 e 2020, também pode ser bem observada através dos dados emprego por posição na ocupação ao longo deste período. Na Tabela 6 constam os dados da variação no número de ocupados, segundo categorias ocupacionais, comparando a região Sul e Santa Catarina. Optou-se por contrastar a evolução do emprego no setor privado com carteira e sem carteira, incluindo os trabalhadores domésticos com o emprego por conta própria somado ao trabalhador familiar auxiliar. Esta categorização visa permitir uma comparação entre os trabalhos entendidos como “formais” e “informais” a partir das estatísticas do IBGE, muito embora as fronteiras entre o trabalho formal e informal sejam cada vez menos nítidas.³

A propósito disso, cabe o registro de que o conceito de informalidade é muitas vezes utilizado na literatura como sinônimo de precariedade, ao mesmo tempo, ambas as categorias carecem de precisão conceitual ou homogeneidade (Nogueira & Carvalho, 2021).

Tabela 6. Variação percentual no número de ocupados por posição na ocupação no trabalho principal. Região Sul e Santa Catarina: 2012 a 2020.

Categoria ocupacional	Variação % (2012-2014)		Variação % (2015-2017)		Variação % (2018-2020)	
	Sul	SC	Sul	SC	Sul	SC
Empregado no setor privado com carteira inclusive trabalhador doméstico	5,2	6,3	-5,0	0,6	-3,5	-2,5
Empregado no setor privado sem carteira inclusive trabalhador doméstico	-6,7	-12,3	4,9	12,7	-19,2	-17,7
Conta própria + Trabalhador auxiliar	-2,4	-0,8	5,7	5,1	0,3	6,5

Fonte: IBGE. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua anual. Elaboração própria.

Na Tabela 6 é possível constatar tendências bem distintas entre as três categorias ocupacionais nos três subperíodos. Enquanto no subperíodo 2012 a 2014 se observa um acréscimo no número de trabalhadores em ocupações formais (com carteira assinada) tanto no Sul como em Santa Catarina, nos demais esta tendência se altera significativamente.

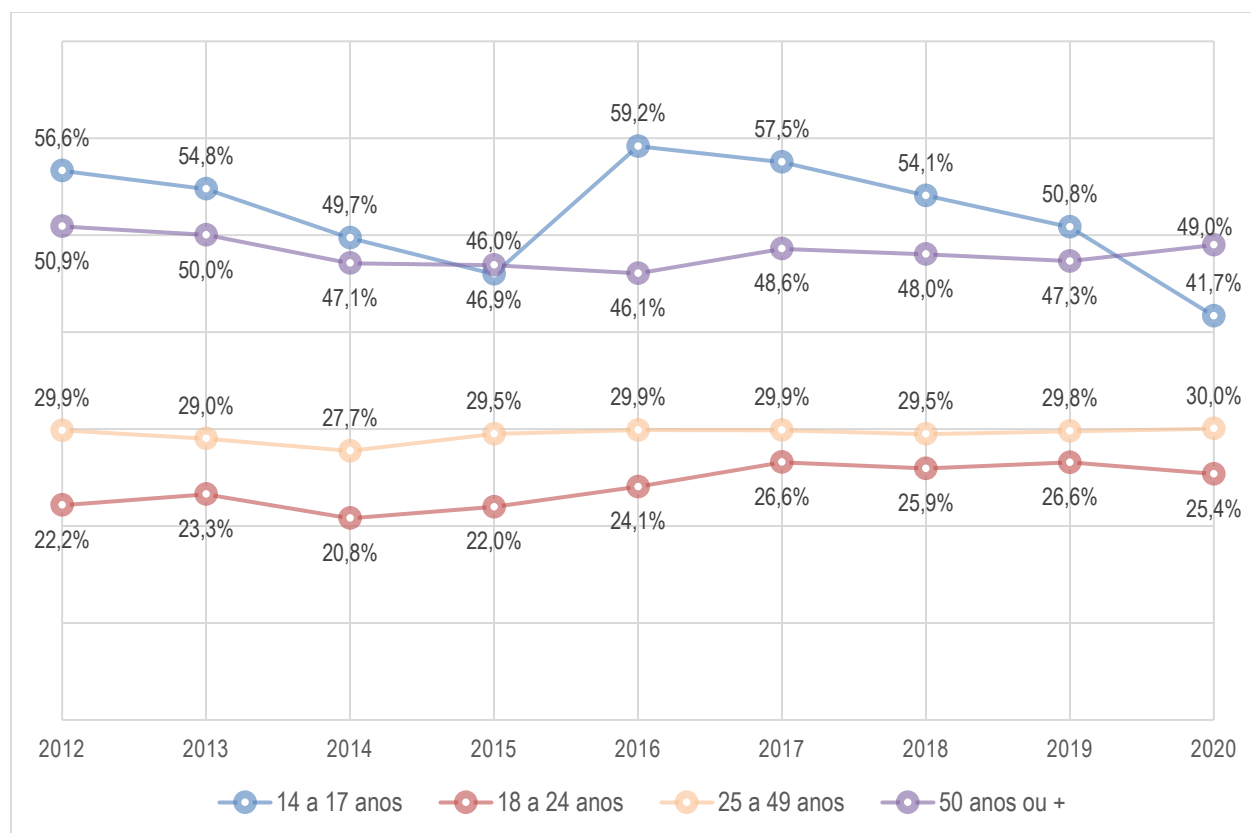
Destarte, antes do período de declínio das taxas de crescimento da economia nacional a partir de 2015, crescem as ocupações formais enquanto diminuem aquelas categorizadas

³ Sobre este tema recomenda-se a leitura de Krein (2017).

como sem carteira ou conta própria, tanto no Sul como no estado. Contrariamente, entre 2015 e 2017, verifica-se uma retração do emprego com carteira assinada, em maior medida na região do que no estado, ao passo que também se ampliam as taxas no emprego sem carteira e no trabalho por conta própria. Assim como observado nos índices de desocupação, Santa Catarina apresenta uma evolução melhor que a média da região, inclusive ainda registrando aumento discreto na ocupação formal, inclusive entre 2015 e 2017.

A partir de 2018, a deterioração das condições gerais do mercado de trabalho fica ainda mais evidente, como consequência tanto da estagnação econômica quanto da crise sanitária causada pela pandemia da Covid-19. Neste período, observa-se uma forte contração tanto do emprego com carteira quanto sem carteira, com consequente aumento do trabalho por conta própria ou auxiliar, sobretudo em Santa Catarina. Este fato reforça a noção de que com a desestruturação do mercado de trabalho, num cenário de crise econômica, a busca por estratégias de sobrevivência via trabalho autônomo torna-se a única alternativa para boa parte da população.

Gráfico 3. Evolução do percentual de trabalhadores na informalidade, segundo faixas etárias. Santa Catarina: 2012-2020.



Fonte: IBGE, Microdados da PNAD Contínua 2012 a 2020. Elaboração própria

O Gráfico 3 mostra a evolução do percentual das ocupações informais no emprego dos catarinenses, segundo faixas de idade. Considerando como trabalho informal, aqueles sem carteira assinada ou ainda, o trabalho por conta própria e auxiliar familiar, é possível verificar patamares bem diferenciados de acordo com a idade do trabalhador, sendo muito superiores entre os mais jovens (14 a 17 anos), bem como entre os com 50 anos ou mais.

Como tendência geral, nota-se um incremento no trabalho informal em todas as faixas de idade a partir de 2015, com tendência dissonante apenas entre os jovens de 14 a 17 anos. É importante mencionar que o trabalho nesta faixa de idade tem algumas peculiaridades, inclusive em termos de impedimentos legais, discussão que foge ao escopo deste trabalho. Outrossim, nota-se que entre a população de 25 a 49 anos mantém-se um patamar de cerca de 30% de informalidade ao longo do período, sendo um pouco menor na faixa entre 18 e 24 anos (entre 20 e 25%). Estes resultados indicam maiores dificuldades de inserção em postos de trabalho com mais qualidade, tanto nas parcelas mais jovens quanto nas mais idosas da população do estado.

Na literatura econômica, considera-se que a maior escolaridade é fator determinante para a obtenção de postos de trabalho de maior qualidade e maiores rendimentos. Com o intuito de avaliar este aspecto, buscou-se vislumbrar a evolução da inserção dos trabalhadores ocupados com maior escolaridade formal, ou seja, com 15 anos ou mais de estudo, segundo categorias ocupacionais.

17

Tabela 7. Distribuição percentual das pessoas com 14 anos ou mais de idade, com 15 anos ou mais de estudo, ocupadas na semana de referência. Santa Catarina: 2012 a 2020.

Posição na ocupação	2012	2014	2017	2019	2020
Empregado no setor privado com carteira (inclusive trabalho doméstico)	41,2	41,1	42,3	40,3	40,8
Empregado no setor privado sem carteira (inclusive trabalho doméstico)	3,9	3,4	4,8	4,1	3,9
Conta própria + trabalhador familiar auxiliar	14,5	13,5	15,6	16,8	16,9
Militar, servidor público e empregador	40,3	42,1	37,3	38,8	38,4
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: IBGE, Microdados da PNAD Contínua 2012 a 2020. Elaboração própria.

Ao analisar os dados da Tabela 7, nota-se que apesar do predomínio do emprego com carteira assinada ou das carreiras do serviço público, militar e empregador, todas perdem participação ao longo do período analisado, dando lugar, sobretudo, ao trabalho por conta própria. Dessa maneira, mesmo que possa ser considerado pouco representativo em relação ao total, o emprego informal (notadamente o trabalho por conta própria) se amplia, indicando

uma deterioração da condição do emprego inclusive entre os trabalhadores mais escolarizados. Cabe reforçar que este quadro observado no estado se repete nos demais estados da região Sul, contudo, mostrando um cenário de maior fragilidade no Paraná e no Rio Grande do Sul.

Como contraponto, explorou-se também a evolução do emprego formal por ramo da Indústria de transformação com base nos dados da RAIS. A Tabela 8 mostra a variação percentual do emprego formal para o Brasil, Região Sul e para Santa Catarina.

Tabela 8. Variação percentual nos empregos formais na Indústria de Transformação por ramo de atividade. Brasil, Região Sul e Santa Catarina: 2012 e 2020.

Ramo de atividade	Brasil	Região Sul	Santa Catarina
Prod. mineral não metálico	-19,4	-12,6	-8,1
Indústria metalúrgica	-20,2	-13,9	0,2
Indústria mecânica	-10,9	-0,7	4,2
Elétrico e comunicação	-20,1	-12,6	14,7
Material de transporte	-22,6	-18,5	4,7
Madeira e mobiliário	-16,2	-7,6	6,8
Papel e gráfica	-22,3	-11,6	-4,6
Borracha, fumo, couros	-14,1	-13,1	-12,2
Indústria química	-3,0	0,6	12,8
Indústria têxtil	-26,2	-17,2	-7,1
Indústria calçados	-28,4	-36,6	-30,3
Alimentos e bebidas	8,9	31,0	51,8
Total	-11,8	-3,6	7,9

Fonte: MTE. Relação Anual de Informações Sociais (RAIS). Elaboração própria.

No país, observa-se o impacto tenebroso da desindustrialização sobre o emprego formal nos diferentes segmentos da Indústria de transformação. Uma redução em média de 11,8% no emprego formal, com quedas ainda mais expressivas nos ramos de calçados (-28,4%), têxtil (-26,2%) e material de transporte (-22,6%). No Brasil, o único ramo industrial que apresentou aumento do emprego formal entre 2012 e 2020 foi o de alimentos e bebidas (8,9%). Esta tendência de crescimento no emprego no ramo de alimentos é também verificada na região Sul e em Santa Catarina, entretanto, com patamares muito acima da média nacional (31,0% e 51,8% respectivamente). De certo modo, esse resultado reflete o peso da atividade industrial na região, que desde o início se especializou nesses ramos de atividade.

Uma vez mais, nota-se que o desempenho da região Sul é menos negativo que o observado nacionalmente, visto que a retração do emprego formal na Indústria se deu em

menor monta na maioria dos ramos, com exceção da Indústria de calçados (-36,6%). Este setor, além de tradicional na região, foi um dos que mais sofreu com a abertura comercial e a concorrência chinesa, retraindo-se fortemente em todos os estados da região.

Diferentemente do cenário nacional e regional, Santa Catarina apresenta um saldo positivo no emprego formal na indústria de transformação no período analisado (7,9%), enquanto a Região Sul apresentou queda (-3,6%). O maior crescimento é justamente no ramo de alimentos (51,8%), carro-chefe da Indústria no estado, bem como das exportações. Além disso, apenas cinco ramos apresentam redução nos postos de trabalho formais: produção de minerais não metálicos (-8,1%), papel e gráfica (-4,6%), borracha, fumo e couros (-12,2%), têxtil (-7,1%) e calçados (-30,3%).

Estes resultados denotam que o mercado de trabalho no estado “barriga verde” mostra uma evolução mais favorável que o restante da região e do país, com destaque para a variação positiva no emprego nos ramos da indústria de material elétrico e comunicação (+14,7%) e química (+12,8%).

Ainda considerando o emprego formal, comparamos a participação da indústria de transformação no Valor Adicionado e no emprego formal. Como pode ser observado na Tabela 9, com dados para o Brasil, região Sul e Santa Catarina, apesar da tendência geral de queda, esta redução é menos significativa na economia catarinense, que ainda tem cerca de 20% do valor adicionado e 29% do emprego no setor industrial.

19

Tabela 9. Evolução da participação da Indústria de Transformação no Valor Adicionado e no emprego formal. Brasil, Região Sul, Santa Catarina: 2012 a 2020.

Ano	Brasil		Região Sul		Santa Catarina	
	VA (%)	Emprego (%)	VA (%)	Emprego (%)	VA (%)	Emprego (%)
2012	12,6	17,2	18,1	25,2	22,7	30,5
2013	12,3	16,9	18,1	25,4	21,9	30,8
2014	12,0	16,5	17,8	24,8	22,2	30,1
2015	12,2	15,7	17,0	23,8	20,4	29,3
2016	12,5	15,5	16,5	23,4	19,0	29,0
2017	12,4	15,4	17,0	23,5	20,0	29,2
2018	12,3	15,2	16,7	23,4	19,7	29,2
2019	12,0	15,3	17,0	23,3	19,6	29,1
2020	12,3	15,5	16,9	23,9	19,6	29,3

Fonte: IBGE. Contas Regionais; MTE. RAIS. Elaboração própria.

Nos dados da Tabela 9 é possível observar ainda, que no Brasil a participação da Indústria de Transformação no valor adicionado manteve-se estagnado em torno de 12%, enquanto o emprego formal perde participação ao longo do tempo (17,2% para 15,5%). Na região Sul, ambas as participações apresentam queda, o que também pode ser observado em Santa Catarina. Entretanto, a importância da Indústria de Transformação no valor adicionado e no emprego formal é bem superior tanto no Sul quanto no estado catarinense.

Finalmente, foram analisados os dados de rendimento do trabalho habitual, comparando o Brasil e os estados da região Sul. A tabela 10 mostra a evolução dos rendimentos reais do trabalho, no Brasil e Santa Catarina no período 2012 a 2020. Tendo em conta que a região Sul é uma das mais ricas do país, é de se esperar que os rendimentos do trabalho superem a média nacional.

Tabela 10. Evolução do rendimento médio real (R\$). Brasil e Santa Catarina: 2012 a 2020.

Trimestre / ano	Brasil (A)	Santa Catarina (B)	Diferença (B - A)
4º trimestre 2012	2.579	2.906	327
4º trimestre 2013	2.671	2.986	315
4º trimestre 2014	2.721	3.071	350
4º trimestre 2015	2.637	2.831	194
4º trimestre 2016	2.649	2.859	210
4º trimestre 2017	2.676	2.982	306
4º trimestre 2018	2.713	2.997	284
4º trimestre 2019	2.720	3.031	311
1º trimestre 2020	2.759	3.026	267

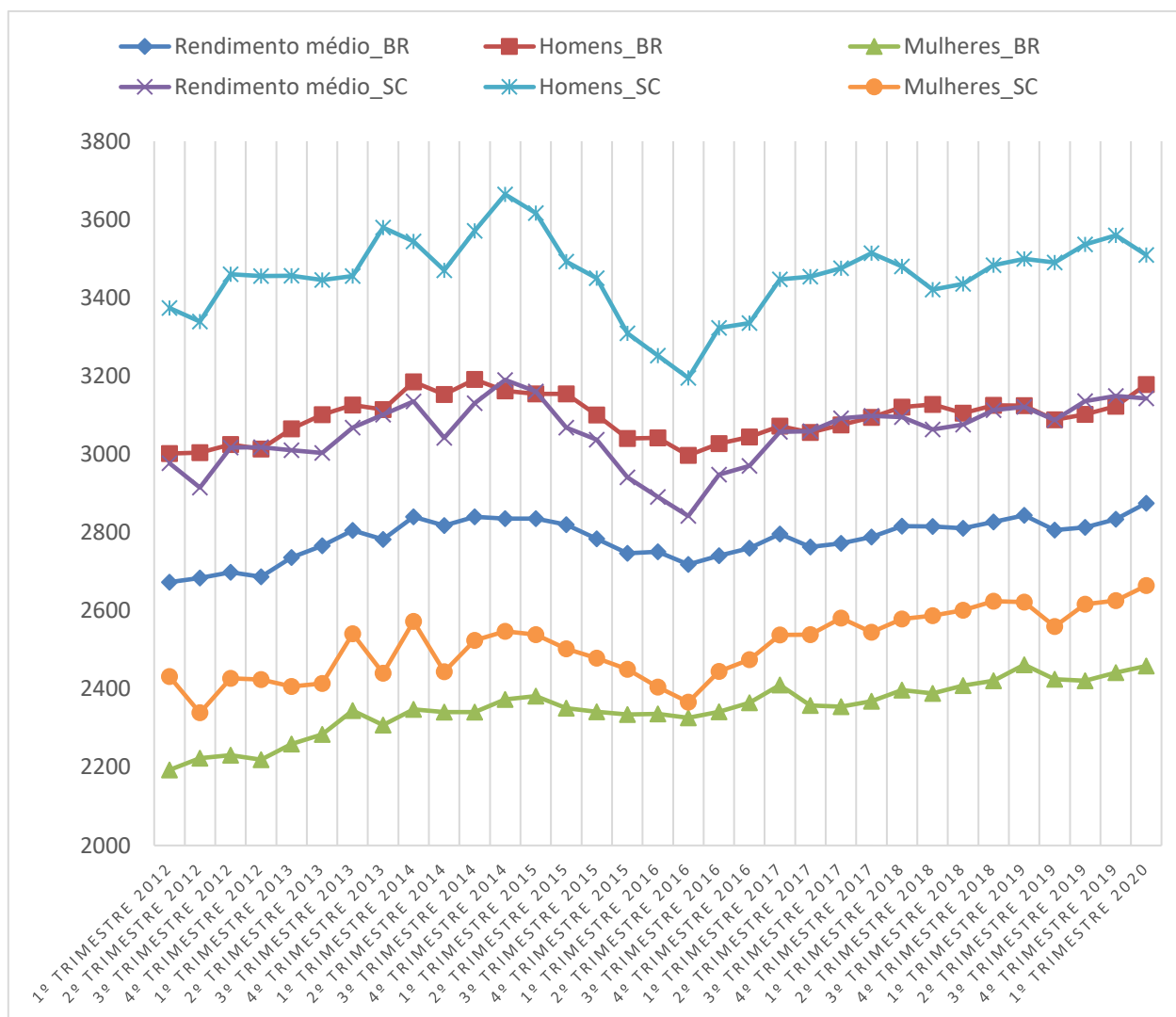
Fonte: IBGE. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua trimestral. Elaboração própria.
Nota: Rendimento mensal habitual no trabalho principal das pessoas de 14 anos ou mais de idade ocupadas na semana de referência, com rendimento de trabalho.

Ao longo do período analisado, os rendimentos médios reais são superiores nos em Santa Catarina comparativamente ao país, ampliando a diferença com os rendimentos médios do país até 2014. A partir de 2015, o efeito da recessão sobre os salários é mais intenso no âmbito regional do que nacional, de modo que o diferencial de rendimentos se reduz comparativamente a 2012. Em vista disso, quando se compara a evolução dos rendimentos do trabalho entre 2012 e 2020, nota-se um aumento bastante sutil no estado, o que mostra uma quase estagnação dos rendimentos ao longo de quase uma década.

Apesar das desigualdades de gênero não serem o foco deste trabalho, cabe comentar que os diferenciais de gênero nos rendimentos apesar de se reduzirem entre 2012 e 2020,

são maiores na Sul do que no Brasil. Em média, as mulheres têm rendimentos 25% menores que os homens no Sul, enquanto no Brasil este percentual é de 21%. Regionalmente, o Paraná se destaca negativamente, com o maior *gap* entre os rendimentos por gênero (28%) contra 24% nos demais estados da região.

Gráfico 4. Rendimento médio mensal real (R\$) habitualmente recebido no trabalho principal, por sexo. Brasil e Santa Catarina: 1º trim.2012 a 1º trim.2020.



Fonte: IBGE. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua trimestral. Elaboração própria.

O Gráfico 4 ilustra estes diferenciais de rendimento real do trabalho entre homens e mulheres em Santa Catarina e no Brasil. Os dados mostram que, apesar das mulheres catarinenses terem um rendimento médio maior que as mulheres no país, elas têm rendimentos bem inferiores à média nacional e regional. Chama a atenção, por outro lado,

que os homens no Brasil têm, em média, um rendimento que se assemelha à média do estado de Santa Catarina, ficando bastante acima da média nacional. Por sua vez, os homens no estado figuram no topo desta hierarquia, com rendimento médio do trabalho muito superior à média nacional e regional.

Estes resultados denotam a importância de um olhar mais detalhado sobre as estatísticas do mercado de trabalho regional, que apesar de se mostrar em melhores condições gerais do que o do país, esconde algumas mazelas e desigualdades importantes. Evidentemente, que com a disponibilidade de dados com recorte para as mesorregiões do estado, teríamos um quadro ainda mais consistente na avaliação deste quadro de desigualdades, o que depende da divulgação de dados mais detalhados do Censo Demográfico de 2022.

Em síntese, a deterioração do mercado de trabalho na região não é tão evidente como no restante do país, mas pode ser identificada pelo aumento da proporção de trabalhadores na informalidade, inclusive entre os mais escolarizados, pela estagnação dos rendimentos do trabalho e pelo aumento da desocupação e na subocupação por insuficiência de horas trabalhadas.

Além disso, as desigualdades de gênero impactam em maiores patamares de desocupação entre as mulheres na região, bem como em piores remunerações, inclusive quando comparadas à média nacional.

Ao mesmo tempo, o cenário da desindustrialização sugere ser menos intenso no estado, comparativamente as demais áreas do Sul do país, inclusive demonstrado pelo incremento do emprego formal na maioria dos ramos da indústria de transformação. Além disso, praticamente 3 em cada 10 trabalhadores com vínculo formalizado estão no setor industrial, que apesar de perder participação no PIB do estado, ainda detém proporção maior que o resto da região e do país. Cenário que se repete no conteúdo predominante das exportações industriais do estado.

Considerações finais

O objetivo deste artigo foi avaliar a dinâmica do mercado de trabalho catarinense numa perspectiva comparativa com a região e o país, de modo a entender como essa Unidade da Federação assimilou as mudanças no cenário econômico nacional e internacional, num contexto de retomada das políticas de cunho neoliberal no país, além das reformas promovidas nas leis trabalhistas a partir de 2017.

Constatou-se que a degradação das condições gerais do mercado de trabalho na região pode não ter sido tão intensa como no restante do país, mas pode ser percebida através

do acréscimo no contingente de trabalhadores na informalidade, inclusive entre aqueles com 15 anos ou mais de escolaridade, assim como pela relativa estagnação nos rendimentos reais do trabalho e pela intensificação do desemprego e subocupação por insuficiência de horas trabalhadas. Além disso, a desigualdade de gênero se mostra um tema muito importante no cenário do mercado de trabalho regional, indicando a necessidade de aprofundamento do tema, uma vez que as catarinenses apresentam condições muito inferiores de remuneração média se comparado tanto aos homens (no estado e no país), quanto aos rendimentos médios no contexto nacional.

Considerando a dinâmica da produção, Santa Catarina é o estado com maior proporção de atividades da Indústria de Transformação no valor adicionado, acima da média regional e nacional. Também é o estado em que menos recuou o emprego formal na maioria dos ramos industriais, superando a tendência geral da própria região. Tais resultados reforçam o que a literatura aponta como um processo de “desindustrialização relativa” no estado.

Por tudo que foi analisado, pode-se inferir que o estado, apesar de apresentar alguma piora nas condições gerais do mercado de trabalho, em 2020 se encontra melhor que o resto da região e do país. Entretanto, por conta das desigualdades entre as mesorregiões do estado, apontadas pela literatura, cabe como sugestão aprofundar o presente estudo com um olhar focado em suas mesorregiões e com uma perspectiva de gênero.

23

Referências

- Amaral, T. P., & Sanson, J. R. (2008). Uma revisão das principais interpretações sobre o desenvolvimento catarinense à luz da teoria institucionalista e das dotações de fatores. [Texto para Discussão, n. 7/2008], Centro Sócio-Econômico, Universidade Federal de Santa Catarina. <https://cnm.paginas.ufsc.br/files/2013/08/Thiago-e-Sanson-07-08.pdf>
- Amadeo, E. J., Scandiuzzi, J. C., & Pero, V. (1996). Ajuste empresarial, empregos e terceirização. *Brazilian Journal of Political Economy*, 16(1), 20–37. <https://doi.org/10.1590/0101-31571996-0854>
- Arend, M., Bittencourt, P. F., Führ, J., & Giovanini, A. (2019). Desenvolvimento e desequilíbrio regional na economia catarinense: indústria e serviços no período recente. In S. A. F. Cario et al. (Orgs.), *Características econômicas e sociais de Santa Catarina no limiar do século XXI* (pp. 20-39). UNESCO. <http://repositorio.unesc.net/handle/1/7663>
- Baltar, P. (2015). Crescimento da economia e mercado de trabalho no Brasil. [Texto para Discussão, n. 2036], Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA). https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/3596/1/td_2036.pdf
- Espíndola, C. J. (2020). Configurações socioespaciais das estruturas produtivas catarinenses pós-2000. *Entrelugar*, 11(21), 159–182. <https://doi.org/10.30612/el.v11i21.12054>

- Goularti, J. G. (2015). Um decênio das Secretarias de Desenvolvimento Regional em Santa Catarina: o que mudou? *Desenvolvimento em Questão*, 13(29), 33–56. <https://www.revistas.unijui.edu.br/index.php/desenvolvimentoemquestao/article/view/3083/3546>
- Goularti Filho, A. (2003). *Formação econômica de Santa Catarina. Anais do V Congresso Brasileiro de História Econômica e 6a. Conferência Internacional da ABPHE*. Caxambu, 2003. https://www.abphe.org.br/arquivos/2003_alcides_goularti_filho_formacao-economica-de-santa-catarina.pdf
- Kertzer, J., & Cário, S. A. F. (2022). Potencial de crescimento industrial dos setores de especialização produtiva local do estado de Santa Catarina. *Textos de Economia*, 25(1), 01–28. <https://doi.org/10.5007/2175-8085.2022.e84263>
- Krein, A. E. (2017). *Relações formais e informais de trabalho nos governos Lula e Dilma por uma perspectiva de gênero e raça*. (Dissertação, Mestrado em Ciência Política), Universidade Estadual de Campinas. <https://repositorio.unicamp.br/acervo/detalhe/995954>
- Lúcio, C. G., & Duca, F. M. F. (2016). Crise econômica e mercado de trabalho no Brasil. *Carta Social e do Trabalho*, (33), 1–16. <https://www.cesit.net.br/wp-content/uploads/2016/11/Carta-Social-e-do-Trabalho-33.pdf>
- Mattei, L. (2016). Mudanças recentes na política de descentralização do estado em Santa Catarina. *Revista Política e Planejamento Regional*, 3(2), 243–262. <https://www.revistappr.com.br/artigos/publicados/artigo-mudancas-recentes-na-politica-de-descentralizacao-do-estado-de-santa-catarina.pdf>
- Mattei, L., & Heinen, V. L. (2021). Evolução da distribuição do mercado formal de trabalho nas mesorregiões de Santa Catarina entre 2001 e 2018. *Geosul*, 36(78), 230–253. <https://doi.org/10.5007/2177-5230.2021.e74692>
- Marini, R. M. (2015). *América Latina, dependencia y globalización* (Colección Antologías del Pensamiento Social Latinoamericano y Caribeño, Antología por C. E. Martins). CLACSO. https://www.clacso.org.ar/antologias/detalle.php?id_libro=1034
- Nogueira, M. O., & Carvalho, S. S. (2021). Trabalho precário e informalidade: desprecarizando suas relações conceituais e esquemas analíticos. [Texto para Discussão, n. 2707], Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA). https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/10948/1/td_2707.pdf
- Silva, J. A. (2019). A desindustrialização na região Sul. *Cadernos Metrópole*, 21(45), 531–550. <https://revistas.pucsp.br/index.php/metropole/article/view/2236-9996.2019-4508>
- Theis, I. M., Butzke, L., Rischbieter, I. L. K., Linder, M. C., & Vargas, D. B. (2011). O cavalo de Troia e sua barreira verde: planejamento regional e desigualdades socioespaciais em Santa Catarina. *Revista Paranaense de Desenvolvimento*, (120), 39–56. <https://ipardes.emnuvens.com.br/revistaparanaense/article/view/345>
- Torres, R. L., & Cavaliere, H. (2015). Uma crítica aos indicadores usuais de desindustrialização no Brasil. *Revista Brasileira de Economia Política*, 35(4), 859–877. <https://doi.org/10.1590/0101-31572015v35n04a10>

Fontes de informação

Confederação Nacional da Indústria (CNI) (2022). Perfil da indústria nos estados. <https://perfildaindustria.portaldaindustria.com.br/>

IBGE (2022). *Síntese de indicadores sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira: 2022*. <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=2101979>

Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços (MDIC) (2022). Comex Stat. <http://comexstat.mdic.gov.br/pt/home>

Secretaria de Estado do Planejamento de Santa Catarina (SEPLAN). (2023). Tabela 12 – Participação do Produto Interno Bruto (PIB) dos Municípios de Santa Catarina no Produto Interno Bruto Estadual (em %): 2002-2019. <https://www.seplan.sc.gov.br/download-category/pib-municipal-2019/page/2/>

Recebido em 10 de dezembro de 2022.

Revisado em 24 de agosto de 2023.

Aprovado em 10 de setembro de 2023.

25